

Aprovo.

O Presidente do Instituto Superior Técnico

INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
Núcleo de Gestão e Acompanhamento de Contratos

Programa de Procedimento

Referência do Procedimento: Concurso Público n.º 05/NGAC/2025

Objeto de Contratação:

Prestação de Serviços de Manutenção das Instalações AVAC do
Instituto Superior Técnico

Julho 2025

ARTIGO 1.º

OBJETO E IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

1. O presente procedimento tem por objeto a formação de um contrato aquisição de serviços, designadamente para “Prestação de Serviços de Manutenção das Instalações de AVAC do Instituto Superior Técnico”, nos termos das cláusulas do Caderno de Encargos.
2. Nos termos do regulamento (CE) N.º 213/2008 DA COMISSÃO de 28 de novembro de 2007, na sua redação atual o presente objeto tem o código CPV 50730000-1 Serviços de reparação e manutenção de grupos de refrigeração.
3. O procedimento pré-contratual reveste-se da modalidade de Concurso Público com publicação de anúncio em Jornal Oficial da União Europeia, escolhida nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e tramitado nos termos do artigo 130º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
4. Todas as comunicações inerentes ao procedimento pré-contratual decorrem na plataforma eletrónica de contratação pública “AcinGov” (<https://www.acingov.pt>).

ARTIGO 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante, nos termos da al. d) do n.º 1 do art.º 2.º do CCP, é o Instituto Superior Técnico, com o NIPC: 501507930, sito na Avenida Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa, com o número de telefone (+351) 218 417 000, sendo o procedimento realizado pelo Núcleo de Gestão e Acompanhamento de Contratos (NGAC), E-mail: ngac@tecnico.ulisboa.pt.

ARTIGO 3.º

ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Presidente do Instituto Superior Técnico, Senhor Doutor Professor Rogério Anacleto Cordeiro Colaço, no uso de competência subdelegada, cujo despacho foi proferido pelo Reitor da Universidade de Lisboa, Senhor Professor Luís Ferreira, pelo Despacho n.º 8114/2024Tal, publicado no Diário da República n.º 140/2024, Série II, de 22 de julho de 2024.

ARTIGO 4.º**ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES**

1. Nos termos do nº 1 do artigo 50.º do CCP, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. O júri do procedimento prestará os esclarecimentos solicitados até ao final do segundo terço do prazo estabelecido para a apresentação de propostas, nos termos da delegação de competências efetuada aquando da decisão de contratar pelo órgão competente.
3. Dentro do prazo previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, nos termos do artigo 50.º do CCP, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
4. Nos termos do nº 8 do artigo 50.º do CCP, os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica “AcinGov” (<https://www.acingov.pt>) e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
5. Nos termos do nº 9 do artigo 50.º do CCP, os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
6. Dentro do prazo estabelecido no n.º 1 do presente artigo, podem os interessados solicitar visita às instalações da entidade adjudicante, para procederem aos reconhecimentos que entenderem por indispensáveis à elaboração das suas propostas, inteirando-se de todas as características e particularidades que apresentam, efetuando os pedidos através de mensagem na plataforma eletrónica de contratação pública onde decorre o procedimento, devendo para o efeito indicar os locais onde decorrerá o objeto contratual a que pretendem efetuar visita.
7. Mediante a existência de pedidos efetuados nos termos e no prazo previsto no número anterior, a visita será confirmada através de plataforma eletrónica, ocorrendo em conjunto com todos os interessados, e sendo conduzida por responsável do IST, em data e hora a designar.
8. Os concorrentes não podem, para efeito de cumprimento das suas obrigações contratuais ou para fundamentarem um pedido de modificação do contrato, invocar o desconhecimento das condições existentes no local ou imputar quaisquer responsabilidades a esse título à Entidade Adjudicante.

9. A visita aos locais da prestação de serviços não tem, em caso algum, efeito sobre a contagem dos prazos previstos no presente Programa de Concurso.

ARTIGO 5.º

CONCORRENTES

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa no procedimento de formação do contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo

ARTIGO 6.º

AGRUPAMENTOS

1. Os concorrentes podem apresentar-se individualmente ou em agrupamento, sem que exista qualquer modalidade jurídica de associação, sendo todos os membros de um agrupamento concorrente solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes individualmente no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Em caso de adjudicação, todos e apenas os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, com responsabilidade solidária, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe de consórcio, único e comum interlocutor responsável perante a entidade adjudicante, devendo ser-lhe conferidos no mesmo ato por procuração, os poderes a que referem as alíneas a), b), c), d) e e) do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

ARTIGO 7.º

DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta a apresentar deverá ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), conforme nº 6 do artigo 57º do CCP, preenchido de acordo com as instruções constantes do Anexo A ao presente Programa;

b) Declaração de aceitação do Caderno de Encargos em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente Programa, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

c) Documento que contenha os atributos e termos ou condições da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:

- i. Proposta financeira, de acordo com o modelo de resposta constante no **Anexo IV - Manutenção Preventiva** em que o concorrente discrimine o preço mensal aplicável à componente de serviços de manutenção preventiva, bem como o preço global dos 24 meses de execução contratual. Nesta proposta deverá ser mencionado, adicionalmente, o valor global de 50.000€ para a componente de manutenção corretiva, em regime de bolsa de horas, bem como o preço contratual global, incluindo as duas componentes. Propostas cujo preço contratual exceda o preço base previsto no Caderno de Encargos não serão admitidas
- ii. Anexos relativos a preços unitários, designadamente os mencionados no Modelo de Avaliação de propostas:
 - Lista de custos horários de mão-de-obra para intervenções de manutenção curativa - preencher ficheiro de acordo com o **Anexo IV (a) - Preços de mão-de-obra**;
 - Lista de preços para deslocação das equipas em intervenções de manutenção curativa - preencher ficheiro de acordo com o **Anexo IV (b) - Valores taxa deslocação**.
- iii. Plano de Manutenção Preventiva elaborado de acordo com as exigências estabelecidas nas Especificações Técnicas, com detalhe mensal;
- iv. Plano de mão-de-obra, elaborado de acordo com as exigências estabelecidas nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, com detalhe semanal;
- v. Currículos profissionais dos elementos que irão constituir as “equipas residentes” de manutenção preventiva (ver ponto 5.2 das Especificações Técnicas do Anexo A do Caderno encargos). Os currículos deverão conter toda a informação necessária para permitir ao júri aferir se os elementos se enquadram como “oficiais” ou “ajudantes”:

- Diploma/Certificado de Habilitações Literárias;
 - Certificado de Gases Fluorados (para os casos aplicáveis);
 - Certificação enquanto TRM, ou TIM II em processo certificação TRM (para os casos aplicáveis).
- vi. Certificação da empresa proponente da proposta para efeitos de gases fluorados, conforme Regulamento n.º 517/2014 e Decreto-Lei n.º 145/2017.
- vii. Apresentar elemento com credenciação como TGE ou equivalente, conforme requisitos aplicáveis.
- viii. Procuração de Delegação de Poderes, (se aplicável);
- ix. Certidão de registo comercial ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta *on-line*, nos termos previstos CCP e na Portaria n.º 372/2017;
2. O concorrente poderá ainda apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para a análise e avaliação da sua proposta.
3. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável.
4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

ARTIGO 8.º

PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. As propostas devem ser apresentadas até às 23h59 do 33.º (trigésimo terceiro) dia contado a partir do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
2. Os documentos que compõem a proposta deverão ser apresentados diretamente através da plataforma eletrónica “AcinGov”, disponível em <https://www.acingov.pt>.
3. A submissão da proposta só deverá ter lugar após o completo preenchimento do formulário principal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 70º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4. As propostas assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos representantes legais, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
5. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato “ZIP” ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, sob pena de exclusão, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
6. Nos casos em que o certificado digital não permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do nº 7 do artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.

ARTIGO 9.º

PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Nos termos do artigo 65.º do CCP, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 10.º

Idioma das Propostas

1. Todas as propostas e documentos que a integrem, deverão ser redigidos em língua portuguesa.
2. Os documentos referentes a atributos e termos ou condições da proposta, podem conter menções em língua inglesa, sem necessidade de tradução, quando tal constituir o padrão do mercado, ou facilitar a inteligibilidade da declaração negocial.
3. Sem prejuízo do previsto no número anterior, todos os documentos, que, por sua natureza, sejam originalmente redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução para português devidamente certificada.

ARTIGO 11.º

PROPOSTAS VARIANTES

No presente procedimento não é admitida a apresentação de propostas variantes ou condicionadas.

ARTIGO 12.º

LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

1. No dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica.
2. Aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar.

ARTIGO 13.º

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

O júri do procedimento procede à análise das propostas submetidas, propondo a não admissão daquelas em que se verificar algum dos motivos de exclusão previstos no n.º 2 do art.º 146.º do CCP ou no presente Programa.

ARTIGO 14.º

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

1. O Júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os concorrentes obrigam-se a prestar os esclarecimentos solicitados no prazo que lhes seja fixado pelo Júri.
3. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante da respetiva proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão.
4. Os esclarecimentos prestados devem ser juntos ao processo e disponibilizados na plataforma eletrónica, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.
5. O júri do procedimento concede um prazo de 5 (cinco) dias úteis para suprimimento de irregularidades formais das propostas, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 72.º do CCP.

ARTIGO 15.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E DESEMPATE

1. O júri procede à avaliação das propostas admitidas através da aplicação do critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, submetendo-se à concorrência os seguintes aspetos e respetiva ponderação:
 - a) Preço da manutenção preventiva – 70%;
 - b) Preço de manutenção corretiva e diagnóstico – 30%.
2. A densificação do critério de adjudicação encontra-se no **Modelo de Avaliação de Propostas** presente no **Anexo III** ao presente Programa.
3. Caso, após aplicação do critério de adjudicação, se verifique a existência de propostas admitidas com pontuação idêntica, proceder-se-á ao desempate pela melhor pontuação obtida no fator previsto na al. a) do n.º 1.
4. Subsistindo o empate, o desempate será efetuado mediante a maior pontuação obtida no fator previsto na al. b) do n.º 1, e, mantendo-se, pela maior pontuação obtida nos subfactores Custos horários de mão-de-obra e Taxa de Deslocação, pela ordem indicada.
5. Mantendo-se o empate entre propostas após a aplicação dos números anteriores, realizar-se-á um sorteio presencial, nas instalações da entidade adjudicante, regendo-se pelas seguintes disposições:
 - a) O júri do procedimento convoca os concorrentes cuja avaliação da proposta tenha resultado em empate, com 2 (dois) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio, através da plataforma eletrónica onde decorre o procedimento;
 - b) A não comparência ou a recusa de algum dos concorrentes em participar no sorteio não invalida a realização do mesmo, sendo representado elemento do júri que presida à sessão.

ARTIGO 16.º

NEGOCIAÇÃO E LEILÃO ELETRÓNICO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação ou leilão eletrónico.

ARTIGO 17.º

RELATÓRIO PRELIMINAR

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, em conformidade com o disposto no n.º

1 do artigo 146.º do CCP, o júri do procedimento elabora, fundamentadamente, um Relatório Preliminar, no qual propõe a admissão e exclusão de propostas, bem como a ordenação das propostas admitidas.

2. Do relatório preliminar consta ainda a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos previstos no artigo 72.º do CCP.

ARTIGO 18.º

AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri do procedimento notifica o mesmo a todos os concorrentes para que se pronunciem, por escrito, sobre o mesmo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do art.º 147.º do CCP.

ARTIGO 19.º

RELATÓRIO FINAL

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri do procedimento elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as pronúncias dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de quaisquer motivos de exclusão.

2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri do procedimento procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

3. O relatório final de avaliação das propostas, juntamente com os demais documentos que compõem o processo, é enviado pelo júri do procedimento ao órgão competente para a decisão de contratar.

ARTIGO 20.º

DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificar os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica os adjudicatários para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Programa.

ARTIGO 21.º**CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO**

1. Não há lugar a adjudicação quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos é notificada em simultâneo a todos os concorrentes.
3. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

ARTIGO 22.º**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) **Declaração do Anexo II do CCP**, em conformidade com o **Anexo II** ao presente Programa;
 - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta on-line, de que não se encontra nas seguintes previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º, nomeadamente:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - iii. Certificado de registo criminal da empresa, bem como, certificado de registo criminal de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se

encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

c) Nos termos do n.º 10 do artigo 81.º do CCP, caso o fornecedor se encontre registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado (disponível em: www.pnfe.impic.pt), não se torna necessário a apresentação dos documentos de habilitação previstos na alínea anterior, devendo, em sua substituição, submeter documento indicando os dados de acesso/consulta no referido Portal;

d) Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.

2. Todos os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

3. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

4. No caso de se verificarem irregularidades nos documentos de habilitação apresentados que levem à caducidade da adjudicação, será concedido um prazo de 3 (três) dias úteis para a respetiva supressão.

ARTIGO 23.º

PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

1. Para garantia a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, incluindo as relativas ao pagamento das penalidades contratuais, o adjudicatário terá que prestar uma caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

2. O adjudicatário obriga-se à prestação da caução, através de depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, de acordo com o estipulado no art.º 90.º do CCP, respetivamente a favor do Instituto Superior Técnico utilizando para o efeito os modelos de caução que estão em anexo ao programa de concurso (Anexos IV a VI).

3. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário presta uma caução no valor de 5% do montante total da adjudicação, sem IVA, nos termos do n.º 1, do artigo 89.º do CCP.

4. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo por aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10 % do preço

contratual.

ARTIGO 24.º

CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

1. Sem prejuízo de outros motivos previstos na lei, ou no presente Programa do Procedimento, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário:

- a) Não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados ou não apresentar os mesmos em língua portuguesa ou em tradução legalizada;
- b) Não prestar a caução no prazo e modalidades indicadas no presente Programa;
- c) Falsificar qualquer documento de habilitação ou prestar de forma culposa falsas declarações, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal;
- d) Não celebrar e remeter o contrato no prazo estabelecido pelo órgão competente, nos termos legal e regulamentarmente aplicáveis;
- e) Qualquer outro motivo previsto legalmente.

2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade nos termos do número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 25.º

ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.

2. A minuta do contrato é enviada para aceitação ao adjudicatário, considerando-se a mesma aceite quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

ARTIGO 26.º**RECLAMAÇÕES CONTRA A MINUTA**

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

ARTIGO 27.º**OUTORGA DO CONTRATO**

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, exceto nos casos em que se verifique a apresentação de apenas uma proposta;
 - b) Prestada a caução pelo adjudicatário;
 - c) Apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos;
 - d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades, se aplicável.
2. O órgão competente para a decisão de contratar envia ao adjudicatário a versão digital do contrato, para que o mesmo seja assinado e remetido, em suporte e por meios digitais, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

ARTIGO 28.º**DEVER DE COLABORAÇÃO**

1. A entidade adjudicante pode solicitar, por escrito, aos concorrentes quaisquer informações complementares que julgue necessárias para efeitos do disposto nas presentes normas.
2. Os concorrentes devem, por escrito, fornecer as informações no prazo razoável que lhes for fixado.

ARTIGO 29.º**CONTAGEM DE PRAZOS**

Todos os prazos indicados no presente Programa cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

ARTIGO 30.º**ENCARGOS**

Constituem encargos do concorrente o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração do objeto do presente procedimento e do adjudicatário relativas à celebração do contrato.

ARTIGO 31.º**FORO COMPETENTE**

Para todas as questões emergentes do procedimento pré-contratual será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, nos termos do nº 1 do artigo 19º da Código de Processos nos Tribunais Administrativos, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 32.º**DIREITO APLICÁVEL**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se especialmente o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação em vigor.

ANEXO A

Instruções relativas ao Documento Europeu Único de Contratação Pública

A apresentação do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) é obrigatória nos termos do n.º 6 do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Conforme informação disponibilizada pelo IMPIC, I.P.¹, o DEUCP poderá ser obtido em português através das plataformas indicadas no Portal dos Contratos Públicos, nomeadamente em <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>. Acedendo às referidas plataformas, deverá o operador indicar “*Sou um operador económico*” e selecionar “*Importar um DEUCP*”, efetuando o *upload* do ficheiro XML disponibilizado junto às peças do procedimento.

O XML disponibilizado encontra-se pré-preenchido pela Entidade Adjudicante, carecendo o mesmo de preenchimento dos restantes dados pelo operador económico, devendo o mesmo ser entregue em formato PDF, assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada, juntamente com os documentos que constituem a proposta.

¹ Organismo responsável pela regulação dos contratos públicos, nos termos do artigo 454.º-A do CCP.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do presente Programa]

- 1 - _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ _____ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:
 - a)...
 - b)...
- 3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

-
- 6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
- 7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

-
- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1— ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2— O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser Consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3— O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local)... (data)... [assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de Avaliação de Propostas

O critério de adjudicação encontra-se densificado nos seguintes fatores de avaliação das propostas, correspondentes a aspetos submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos:

- a) Preço Manutenção Preventiva – 70%;
- b) Preço manutenção corretiva e diagnóstico – 30%.

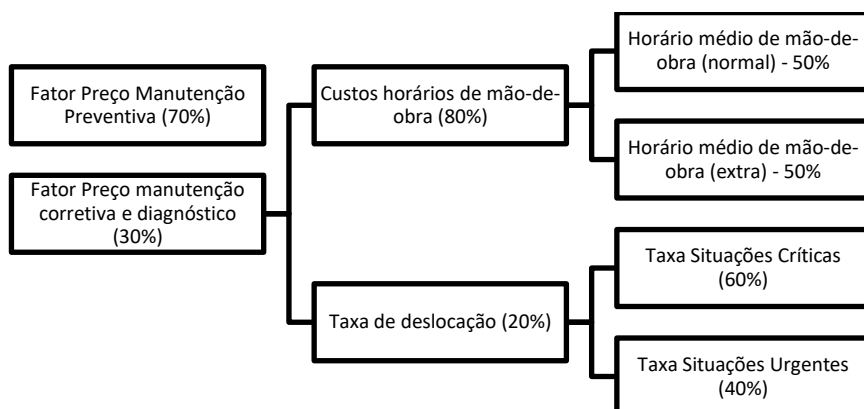
Todas as propostas serão classificadas, de 0 a 20, nos termos do modelo de avaliação de propostas do presente anexo, através da soma ponderada dos fatores, aplicando-se a seguinte expressão matemática:

$$CF = A \times 70\% + B \times 30\%$$

Em que:

- *CF* – Classificação final atribuída à proposta;
- *A* – Classificação atribuída ao concorrente relativamente ao fator “Preço Manutenção Preventiva”, arredondada às centésimas, com uma ponderação de 70%.
- *B* – Classificação atribuída ao concorrente relativamente ao fator “Custos manutenção corretiva e diagnóstico”, arredondada às centésimas, com uma ponderação de 30%.

O modelo de avaliação a aplicar a cada proposta resume-se da seguinte forma:



O cálculo da pontuação a atribuir pelo júri em cada um dos fatores obedecerá aos seguintes pressupostos:

A. FATOR PREÇO MANUTENÇÃO PREVENTIVA (70%)

A classificação no presente fator, será obtida através das seguintes expressões matemáticas:

$$P_A = \begin{cases} 18 - \left(\frac{8}{B - 0,7B} \right) \times (V - 0,7B), & V \geq 0,70 \times B \\ 20 - \left(\frac{2}{0,70B} \right) \times V, & V < 0,70 \times B \end{cases}$$

Em que:

- P_A – Pontuação atribuída ao concorrente no fator “Preço Manutenção Preventiva”, arredondada às centésimas;
- B – Preço máximo estabelecido no Caderno de Encargos (Serviços de Manutenção Preventiva – nos termos da cláusula 3.ª do Caderno de Encargos);
- V – Preço global indicado na proposta, do concorrente, relativo aos Serviços de Manutenção Preventiva.

B. FATOR PREÇO MANUTENÇÃO CORRETIVA E DIAGNÓSTICO (30%)

A classificação no presente fator, será obtida através das seguintes expressões matemáticas:

$$P_B = CMO \times 80\% + T \times 20\%$$

Em que:

- P_B – Pontuação atribuída ao concorrente no fator “Preço Manutenção Corretiva e Diagnóstico”, arredondada às centésimas;
- CMO – Pontuação atribuída ao concorrente no subfactor “Custos horários de mão-de-obra”, arredondada às centésimas, tendo uma ponderação de 80%;
- T – Pontuação atribuída ao concorrente no subfactor “Taxa de deslocação”, em função dos custos unitários propostos para deslocações de equipas para resposta a situações de manutenção corretiva em situações

críticas, arredondada às centésimas, tendo uma ponderação de 20%;

➤ **B1. Subfactor - Custos horários de mão-de-obra**

A pontuação obtida no subfactor “Custos horários de mão-de-obra” – CMO, é dada pela seguinte expressão:

$$CMO = HN \times 50\% + HE \times 50\%$$

Em que:

- CMO – Pontuação atribuída ao concorrente no subfactor “Custos horários de mão-de-obra”, arredondada às centésimas;
- HN – Classificação atribuída ao concorrente x em função do valor horário médio de mão-de-obra, considerando intervenções realizadas em horário normal (valor arredondado às centésimas);
- HE – Classificação atribuída ao concorrente x em função do valor horário médio de mão-de-obra, considerando intervenções realizadas fora do horário normal (valor arredondado às centésimas).

Notas:

- De modo a possibilitar o cálculo dos parâmetros HN e HE, os concorrentes deverão preencher, sob pena de exclusão, o ficheiro “Preços mão-de-obra” (Anexo IV a), relativo a valores horários de custo de mão-de-obra por especialidade.
- Não se admite a existência de preços diferentes dentro de uma mesma especialidade, mesmo que os elementos em questão tenham níveis de habilitação e experiência diferentes.
- O cálculo dos parâmetros será realizado de acordo com as fórmulas do presente anexo IV e as abaixo indicadas. Os referidos valores terão de incluir uma ponderação associada ao custo das deslocações das equipas, exceto no que diz respeito a deslocações efetuadas em resposta a situações classificadas pelo NM-IST como críticas ou urgentes (ver Anexo A: Especificações Técnicas do caderno de encargos).
- Com base nesses valores e aplicando as fórmulas de cálculo presentes abaixo calculam-se os valores médios horários de mão-de-obra para trabalhos realizados em horário normal (N) e trabalhos realizados fora do horário normal (E).
- Entende-se por horário normal o período indicado no n.º 1 da cláusula 10.ª do Caderno de Encargos.

- O cálculo dos parâmetros HN e HE será efetuado com recurso ao quadro 1 no qual se estabelece uma classificação base tendo em conta valores de referência para os parâmetros N e E.

Quadro 1 – Valores de referência para os parâmetros N e E

Valores de referência para o cálculo da fórmula	Valor máximo admitido (sob pena de exclusão)	Classificação
N = 20,00€/h	N = 32,00€/H	16 valores
E = 30,00€/h	E = 48,00€/H	

Com base nestes valores de referência, aplicam-se as seguintes fórmulas de modo a obter os parâmetros HN e HE para cada concorrente:

$$HN_x = \frac{20}{N_x} \times 16$$

em que:

HN_x – Classificação atribuída em função do valor horário médio de mão-de-obra, considerando intervenções realizadas em horário normal (valor arredondado às centésimas);

N_x – Valor médio horário de mão-de-obra, para intervenções realizadas em horário normal de acordo com o definido na proposta apresentada pelo concorrente x (valor arredondado às centésimas).

$$HE_x = \frac{30}{E_x} \times 16$$

em que:

HE_x – Classificação atribuída em função do valor horário médio de mão-de-obra, considerando intervenções realizadas fora de horário normal (valor arredondado às centésimas);

Ex – Valor médio horário de mão-de-obra, para intervenções realizadas fora de horário normal de acordo com o definido na proposta apresentada pelo concorrente x (valor arredondado às centésimas). O valor de Ex, resulta de uma média aritmética dos vários valores apresentados na proposta para horários e técnicos fora de horário normal.

Os valores de HN e HE ficarão sempre situados num intervalo entre 10.00 e 20.0 valores. Por exemplo, se em função dos valores horários de mão-de-obra apresentados por um dado concorrente se obtiver um valor de N igual a 12,00€ (ver quadro I.1), aplicando a fórmula (3), obteríamos um valor de HN de 26,67. Nesta situação o valor assumido para o parâmetro N seria 20.0 em vez de 26,67.

Qualquer concorrente que apresente propostas em que os valores resultantes de HN_x ou HEx sejam inferiores a 10,00 valores serão excluídos.

Os valores de mão-de-obra apresentados terão obrigatoriamente de se manter inalterados durante toda a vigência do contrato.

➤ **B2. Subfactor – Taxa de Deslocação (Anexo IV b)**

A pontuação obtida no subfactor “Taxa de Deslocação” – T, é dada pela seguinte expressão:

$$T = TC \times 60\% + TU \times 40\%$$

Em que:

- TC – Classificação atribuída em função do valor da proposta do concorrente para primeiras deslocações de equipas em resposta a chamadas do NM-IST para resolução de situações “críticas” (valor arredondado às centésimas);
- TU – Classificação atribuída em função do valor da proposta do concorrente x para primeiras deslocações de equipas em resposta a chamadas do NM-IST para resolução de situações “urgentes” (valor arredondado às centésimas).

O cálculo de TC será dado pelas seguintes expressões:

Se $105,00\text{€} \leq T_{cp} \leq 150,00\text{€}$, então:

$$TC = 18 - \left(\frac{8}{45}\right) \times (T_{cp} - 105)$$

Se $0 \leq T_{cp} < 105,00\text{€}$, então:

$$TC = 20 - \left(\frac{2}{105}\right) \times T_{cp}$$

Em que:

- T_{cp} – Preço indicado na proposta, do concorrente, relativo às primeiras deslocações de equipas em resposta a chamadas “Críticas”

O cálculo de **TU** será dado pelas seguintes expressões:

Se $70,00\text{€} \leq T_{up} \leq 100,00\text{€}$, então:

$$TC = 18 - \left(\frac{8}{30}\right) \times (T_{up} - 70)$$

Se $0 \leq T_{up} < 70,00\text{€}$, então:

$$TU = 20 - \left(\frac{2}{70}\right) \times T_{up}$$

Em que:

- T_{up} – Preço indicado na proposta, do concorrente x , relativo às primeiras deslocações de equipas em resposta a chamadas “Urgentes”

ANEXO IV

Modelo de Resposta

(disponível em formato.xls)

Anexo IV Manutenção Preventiva.xls

Anexo IV (a) - Preços de mão-de-obra.xlsx

Anexo IV (b) - Valores taxa deslocação.xlsx

ANEXO V

Modelo de Caução - Garantia

[n.º 2 do artigo 90.º do CCP]

Ao Ex.mo Senhor [representante legal da Entidade Pública Contratante]:

Nos termos e para os efeitos identificar o procedimento”, o [banco], pessoa coletiva n.º [.....], com sede em [.....], matriculado na Conservatório do Registo Comercial de [.....], sob o n.º [.....], com o capital social de [.....] (o “Garante”), vem prestar, a pedido e por conta de [identificação completa do Concorrente] (o “Ordenante”), com sede em [.....], a presente garantia bancária no valor de €.... (.....euros), [5% do valor da adjudicação], a favor da [entidade pública contratante] enquanto entidade contratante (o “Beneficiário”), em garantia do bom e pontual cumprimento pelo Ordenante de todas e quaisquer obrigações decorrentes da qualidade de adjudicatário no acima referido concurso público.

Consequentemente, pela presente obriga-se o Garante a pagar, na qualidade de principal pagador e, em consequência, com expressa renúncia, incondicional e sem reservas, ao privilégio, de excussão prévia do património do Ordenante, à primeira solicitação, sem quaisquer reservas e até ao montante máximo garantido nos termos da presente garantia bancária, todas e quaisquer importâncias que venham a ser solicitadas, por simples notificação escrita, pelo Beneficiário da presente garantia.

A presente garantia constitui uma obrigação direta do Garante é autónoma, incondicional, irrevogável e à primeira solicitação, comprometendo-se o garante a proceder ao pagamento de quaisquer quantias ao Beneficiário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após recebimento de notificação para o efeito efetuada pelo Beneficiário, por crédito e em Euro na conta bancária indicada naquela notificação.

O garante reconhece e aceita expressamente não por qualquer reclamação, de direito ou de facto, ou por qualquer outra forma questionar a justeza ou fundamento do pedido de pagamento atrás referido ou a sua conformidade com o disposto no convite ou em quaisquer outros documentos do respetivo procedimento, reconhecendo ainda que tal pedido de pagamento constituirá comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que o montante reclamado pelo Beneficiário é devido ao abrigo desta garantia.

Tanto o Garante como o Ordenante expressamente reconhecem e aceitam que a presente garantia só poderá ser alterada com o acordo expresso e escrito do Beneficiário.

A presente garantia é válida a partir da data de adjudicação do referido concurso e manter-se-á em vigor até ser cancelada pelo Beneficiário, através de comunicação escrita para o efeito remetida pelo mesmo ao garante, de acordo com o disposto no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, não podendo a presente garantia ser cancelada, anulada, ou por qualquer outra forma extinta, exceto por virtude desta comunicação, independentemente de falta de pagamento de quaisquer quantias, de liquidação de quaisquer prémios ou despesas que sejam devidos ao Garante.

Quaisquer despesas decorrentes desta garantia bancária, designadamente prémios e comissões, correm, por conta do Ordenante.

[Local e Data]

[Assinatura reconhecida na qualidade]

ANEXO VI**Modelo de Caução – Seguro Caução**

[n.º 2 do artigo 90.º do CCP]

Ao Ex.mo Senhor [representante legal da Entidade Pública Contratante]:

Nos termos e para os efeitos[identificar o procedimento]”, a [Companhia de Seguros], pessoa coletiva n.º [.....], com sede em [.....], matriculada na Conservatório do Registo Comercial de [.....], sob o n.º [.....], com o capital social de[.....] (a “Seguradora”), vem prestar, a pedido de [identificação completa do Concorrente] (o “Segurado”), com sede em [.....], o presente seguro-caução no valor de €.... (.....euros), [5% do valor da adjudicação], a favor da [entidade pública contratante] enquanto entidade contratante (o “Tomador”), em caução do bom e pontual cumprimento pelo Segurado de todas e quaisquer obrigações decorrentes da qualidade de concorrente no acima referido concurso público, conforme o disposto no Programa de Procedimento nos termos seguintes:

1. O presente seguro-caução constitui uma obrigação direta da Seguradora, incondicional, irrevogável e à primeira solicitação, comprometendo-se a Seguradora a proceder ao pagamento de quaisquer quantias ao Tomador, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após receção de simples notificação escrita para o efeito efetuada pelo Tomador, por crédito e em Euro na conta bancária indicada naquela notificação.
2. A Seguradora reconhece e aceita expressamente não poder opor qualquer reclamação, de direito ou de facto, ou por qualquer outra forma questionar a justeza ou fundamento do pedido de pagamento atrás referido ou a sua conformidade com o disposto no convite ou em quaisquer outros documentos do respetivo procedimento, reconhecendo ainda que tal pedido de pagamento constituirá comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou de apresentação de qualquer outro documento, de que o montante reclamado pelo Tomador é devido ao abrigo deste seguro-caução;
3. Tanto a Seguradora como o Segurado expressamente reconhecem e aceitam que o presente seguro-caução só poderá ser alterado com o acordo expresso e escrito do Tomador;
4. O presente seguro-caução é válido a partir da data da adjudicação do concurso e manter-se-á em vigor até ser

cancelado pelo Tomador, através de comunicação escrita para o efeito remetida pelo mesmo à Seguradora, de acordo com o disposto no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, não podendo o presente seguro-caução ser cancelado, anulado, ou qualquer outra forma extinto, exceto por virtude desta comunicação, independentemente de falta de pagamento de quaisquer quantias, de liquidação de quaisquer prémios ou despesas que sejam devidos à Seguradora;

5. Quaisquer despesas decorrentes deste seguro-caução, designadamente prémios e comissões, correm, por conta do Segurado.

[Local e Data]

[Assinatura reconhecida na qualidade]

ANEXO VII**Modelo de Caução – Guia de Depósito Bancário**

[n.º 2 do artigo 90.º do CCP]

EUROS.:.....€

Vai.....(nome do adjudicatário), com sede em(morada), depositar na(sede, filial, agência ou delegação) do Bancoa quantia de (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos.....(eliminar o que não interessa) como caução exigida para a realização da empreitada de(identificação do procedimento), nos termos e para os efeitos do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da[entidade pública contratante], a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e Assinatura do (s) representante(s) legal(ais)]